

## Eventos e Destaques



Pesquisar...

Quarta, 17 Junho 2015 16:46

# Prefeitos reagem à transferência da manutenção da iluminação pública

tamanho da fonte

[Imprimir](#)

[E-mail](#)



Audiência pública para debater a transferência dos ativos de iluminação pública dos municípios do Estado

*Foto: Dário Gabriel*

Em audiência pública realizada na tarde desta quarta-feira (17/06) no Complexo de Comissões Técnicas da Casa, a Comissão de Fiscalização e Controle debateu a transferência dos ativos de iluminação pública dos municípios do Estado.

A resolução normativa nº 479/2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), determina que os municípios devem ser responsáveis pela manutenção da iluminação pública. Aqui, no Ceará, a maioria ainda não assumiu essa função. “É importante que possamos estar por dentro do assunto e ajudar os municípios que já têm grandes responsabilidades a serem cumpridas” destacou a deputada Augusta Brito (PCdoB), que

propôs o debate.

O presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), Expedito Nascimento, criticou a medida alegando falta de estrutura financeira dos municípios para a manutenção dos serviços, principalmente os de pequeno porte. “Desde o primeiro momento houve um processo de resistência. Nós prefeitos não queremos, porque é mais despesa para o município. O município que tem menos de 50 mil habitantes não tem condições. É um custo alto, e o retorno é pequeno. Se eu subir a taxa, o que os munícipes vão pensar de mim?”, questionou.

Durante a reunião, Delfina Pontes, que cuida do contado da Coelce com clientes institucionais, e Osvaldo Férrer, responsável pelos projetos institucionais da companhia, esclareceram dúvidas e responderam as demandas dos municípios, não só em relação à transferência dos ativos, como também acerca da prestação do serviço de iluminação pública e cobranças de tarifas. “A Coelce é uma mera arrecadadora. A lei do Congresso Nacional que torna sem efeito a resolução da Aneel ainda não tem efeito legal”, argumentou Delfina. Ela se referiu a projeto de decreto legislativo suspendendo o artigo 13 da resolução normativa nº 479/2012, da Aneel, que ainda falta ser votada no Senado.

Segundo a técnica, a maioria dos municípios tem condições de manter os serviços. “Hoje, 165 municípios criaram sua própria Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Somente 45 são deficitários, não conseguiram fazer a lei ou o valor arrecadado não é suficiente para cobrir a conta de energia. Na maioria dos municípios o valor arrecadado paga a conta e sobra”, garantiu.

Os deputados Carlos Felipe (PCdoB), Sérgio Aguiar (Pros) e Roberto Mesquita (PV); o analista do Decon Alexandre Alves; o coordenador de energia da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), Eugênio Bettecut; a advogada da Confederação Nacional dos Municípios, Vanessa Resende; o presidente da União dos Vereadores do Ceará (UVC), César Veras; o representante da Associação dos Municípios da Serra do Baturité, Antônio Cláudio, também fizeram uso da palavra.

O evento contou ainda com a presença dos prefeitos de Paracuru, Jaguaratama, Aurora, Camocim, Itaiçaba, Lavras da Mangabeira, Itarema, Choró, Jaguaribara, Ipú, Aratuba, Redenção e Granjeiro, além de diversos representantes de municípios, entre secretários e vereadores.

A Annel foi convidada para o evento, mas não enviou representação.

DF/CG

---

## Informações adicionais

**Fonte:** Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

**E-mail:** [agencia@al.ce.gov.br](mailto:agencia@al.ce.gov.br)

**Twitter:** @Assembleia\_CE

---